

## AS FEIRAS LIVRES EM UNIÃO DA VITÓRIA-PR E PORTO UNIÃO-SC: UMA ANÁLISE TEÓRICO-CONCEITUAL SOBRE A RELAÇÃO DAS FEIRAS COM A VIA CAMPESINA

Ana Maria Braciak Sczibor <sup>1</sup>  
Roselí Alves dos Santos <sup>2</sup>

### RESUMO

As feiras livres são espaços organizados para a comercialização dos mais diversos gêneros, principalmente alimentícios e se caracterizam pela lógica de comércio que se estabelece a partir do circuito curto. Em União da Vitória-PR e Porto União-SC, municípios com área urbana coligada, as feiras livres são responsáveis pela comercialização de produtos frescos e saudáveis, oriundos da agricultura familiar camponesa, que são produzidos no interior destes municípios e locais vizinhos. Nestes municípios, as feiras livres ocorrem em vários espaços das cidades, desde as áreas centrais até nos bairros mais distantes e periféricos, de segunda a sábado, alternando os lugares e horários. Nessa pesquisa, propõe-se trabalhar a ocorrência das feiras livres a partir da produção agrícola camponesa familiar, destacando alguns conceitos importantes para compreender a dinâmica das feiras e o processo de sua organização e produção. Para que esta análise teórico-conceitual aconteça, busca-se referência de Sato (2012), para discutir as feiras livres; Fernandes (2001), Oliveira (2007) e Marques (2008), para compreender o modo de produção camponês, de Pereira (2021) para contribuir na discussão da relação do campesinato com a produção e manutenção das feiras livres e de Oliveira (2007) e Paulino (2015) para compreender a relação das feiras com a Via Campesina, sobretudo no viés da soberania alimentar. Neste sentido, a partir de uma breve revisão bibliográfica, propõe-se discutir a intrínseca relação entre a via campesina com as feiras livres dos municípios supracitados, destacando a contribuição das feiras para a movimentação da economia local e para a soberania alimentar.

**Palavras-chave:** Feiras livres, Circuito Curto de Comercialização, Via Campesina.

### RESUMEN

Los mercados al aire libre son espacios organizados para la venta de los más diversos tipos, principalmente alimentos, y se caracterizan por la lógica del comercio que se establece en base al circuito corto. En União da Vitória-PR y Porto União-SC, municipios con área urbana relacionada, los mercados al aire libre son responsables de vender productos frescos y saludables, provenientes de la agricultura familiar campesina, que se producen dentro de esos municipios y localidades vecinas. En estos municipios los mercadillos se realizan en diversas zonas de la ciudad, desde las zonas centrales hasta los barrios más alejados y periféricos, de lunes a sábado, alternando lugares y horarios. En esta investigación se propone trabajar sobre la ocurrencia de mercados al aire libre basados en la producción agrícola familiar campesina, destacando algunos conceptos importantes para comprender la dinámica de las ferias y el proceso de su organización y producción. Para que se lleve a cabo este análisis teórico-conceptual se hace referencia a Sato (2012), para discutir los mercados al aire libre;

<sup>1</sup> Pós-Graduanda do Programa de Pós Graduação em Geografia, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, de Francisco Beltrão-PR, [sbraciakana@email.com](mailto:sbraciakana@email.com);

<sup>2</sup> Orientadora, Professora doutora do Programa de Pós Graduação em Geografia, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, de Francisco Beltrão-PR [roseliasantos@gmail.com](mailto:roseliasantos@gmail.com)

Fernandes (2001), Oliveira (2007) y Marques (2008), para comprender el modo de producción campesino, por Pereira (2021) para contribuir a la discusión de la relación entre el campesinado y la producción y mantenimiento de mercados al aire libre y de Oliveira (2007) y Paulino (2015) para comprender la relación entre ferias y Vía Campesina, especialmente en términos de soberanía alimentaria. En este sentido, a partir de una breve revisión bibliográfica, se propone discutir la relación intrínseca entre la Vía Campesina y los mercados al aire libre en los municipios antes mencionados, destacando el aporte de las ferias al movimiento de la economía local y la soberanía alimentaria.

**Palabras clave:** Mercados al Aire Libre, Cortocircuito del Comercio, La Via Campesina.

## INTRODUÇÃO

As feiras livres são espaços organizados para a comercialização de produtos dos mais diversos gêneros, principalmente alimentícios e estão presentes em grande parte das cidades brasileiras. Em União da Vitória-PR e Porto União-SC, as feiras livres são responsáveis por proporcionar aos consumidores um meio de aquisição de produtos frescos e saudáveis, oriundos do campesinato e da agricultura familiar, que são produzidos no interior destes municípios e de locais vizinhos. Nessa pesquisa, propõe-se trabalhar a ocorrência das feiras livres nos municípios de União da Vitória-PR e Porto União-SC, a partir da produção agrícola camponesa e familiar, destacando alguns conceitos importantes para compreender a dinâmica das feiras e o processo de sua organização e produção.

Esta análise está em fase inicial<sup>3</sup>, e deve contar, neste momento, com a sistematização de algumas referências bibliográficas que auxiliam a compreender o objeto de pesquisa apresentado, destacando a conjuntura das feiras livres, bem como os elementos da geografia agrária que contribuem para sua ocorrência e manutenção. Neste sentido, possui relevância por dar visibilidade e valorizar o trabalho camponês na produção de alimentos saudáveis que são comercializados, gerando renda e trabalho digno a muitas famílias da região estudada, além de contribuir significativamente para o desenvolvimento da economia local. Além disso, evidenciar a discussão sobre a importância dos camponeses/feirantes diante do comércio mais próximo do consumidor, onde se olha olho no olho e entrega um produto da melhor qualidade.

Sendo assim, o artigo está dividido em três partes: a primeira discute brevemente sobre a história das feiras e delimita nosso objeto de pesquisa. O segundo momento apresenta

---

<sup>3</sup> Esta pesquisa é parte do projeto de dissertação de mestrado, realizado no PPGG da UNIOESTE de Francisco Beltrão-PR.

uma discussão sobre a agricultura familiar/campesinato e os circuitos curtos de comercialização e a terceira fase é dedicada a explicar e refletir a respeito da importância da Via Campesina para a existência e manutenção das feiras livres.

## **METODOLOGIA**

Nesta pesquisa, que é o resultado dos primeiros passos da construção do projeto de dissertação, utiliza-se do arcabouço bibliográfico para compreender a dinâmica das feiras livres em União da Vitória-PR e Porto União-SC, enaltecendo a importância da produção agrícola camponesa para ocorrência e manutenção das feiras. O estudo bibliográfico foi embasado em consultas a livros, artigos, arquivos digitais, teses, dissertações e endereços eletrônicos na rede mundial de computadores sobre os temas citados e demais referências pertinentes ao assunto.

## **A DINÂMICA DAS FEIRAS LIVRES EM UNIÃO DA VITÓRIA-PR E PORTO UNIÃO-SC**

A palavra feira tem origem latina, sendo “feria” que significa dia de festa. Segundo Sato (2012), “feira” significa: “reunião de vendedores e compradores em determinado local e hora, com a finalidade de comércio” (SATO, 2012, p. 92). Alguns destes comércios possuem outras denominações como “feira franca” ou “feira livre”, que se caracterizam por comercializarem parte dos produtos isentos de impostos, em locais públicos como praças, ruas ou pavilhões, com dias da semana e horários pré-estabelecidos.

Para Sato (2012), no Brasil, a feira livre, parecida com a conjuntura atual, ocorre desde a época da colonização, nas cidades mais desenvolvidas ou ambientes onde havia aglomeração de pessoas. A autora relata ainda, que as vilas eram abastecidas com produtos de primeira necessidade, através da feira livre. Para que isso se efetivasse houveram algumas mudanças no hábito alimentar das pessoas, devido a maior diversidade de produtos comercializados, que na maioria das vezes eram tipicamente consumidos pelos indígenas, como: a “mandioca, angu, canjica e carnes de caça e pesca” (SATO, 2012, p. 36).

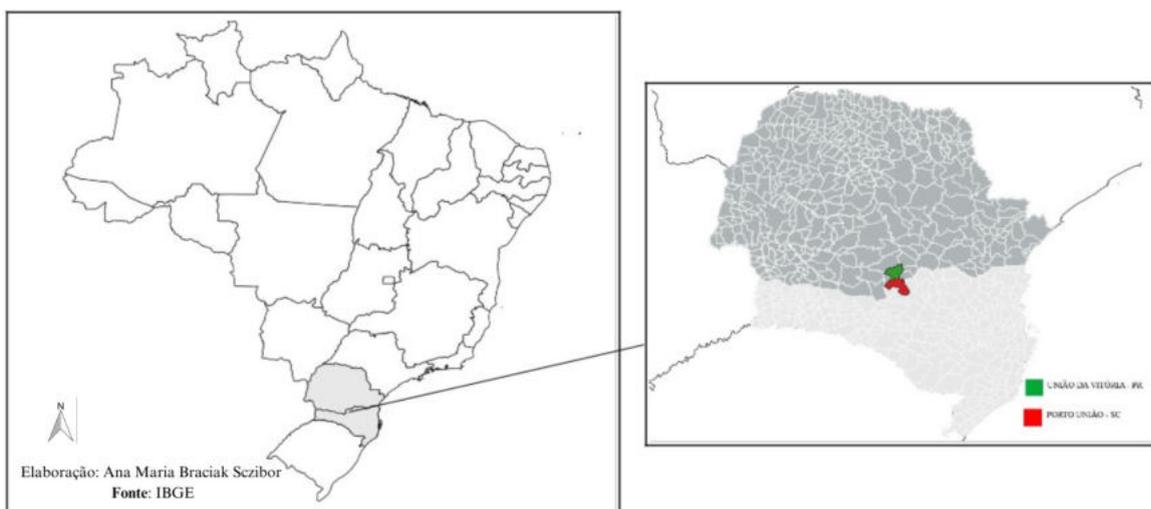
Segundo Sato (2012), a feira livre teve seu ato de criação sancionada em 1914, pelo então prefeito de São Paulo, Washington Luiz Pereira de Souza, onde, na época, foi denominada como “mercados francos”. A partir deste ato, os feirantes obtiveram permissão para organizar as barracas de venda em qualquer ponto da área urbana, onde se permitia comercializar os diversos gêneros alimentícios, artesanatos e outros produtos em geral. Após

a regulamentação, a primeira feira livre oficializada ocorreu no “largo General Osório e reuniu cerca de 26 feirantes; e a segunda no largo do Arouche, congregou 116 feirantes” (SATO, 2012, p. 41).

No decorrer do século XX, após a oficialização, as feiras livres se multiplicaram na cidade de São Paulo, assim como a população consumidora. Sendo assim, Sato (2012) apud Guimarães (1969), afirma que em São Paulo, no ano de 1969 havia cerca de 452 feiras semanais, que geravam renda para aproximadamente 12.675 pessoas que ali comercializavam seus produtos.

Com o crescimento da população brasileira e surgimento de muitos centros urbanos, efetivam-se inúmeros espaços de organização e acontecimento das feiras livres pelo país. Aqui, é feito o recorte geográfico da ocorrência das feiras livres em União da Vitória-PR e Porto União-SC, municípios com área urbana coligada, com limites definidos pelo traçado da linha férrea<sup>4</sup> e pelo Rio Iguaçu. Nesse trecho, a linha férrea e o rio também são divisa do estado do Paraná com Santa Catarina. A dinâmica dos dois municípios está ilustrada no mapa abaixo:

### **Localização dos municípios de União da Vitória-PR e Porto União-SC**



A escolha do recorte espacial para esta pesquisa ocorre em torno da dinâmica espacial e das relações sociais, econômicas e políticas que os sujeitos estabelecem entre ambos os municípios. No caso da feira, por exemplo, é comum que a(o) produtora/produtor feirante resida e produza seus produtos no município de Porto União-SC e comercialize no município

<sup>4</sup> A linha férrea citada no texto é trecho da linha que integrava os três estados do sul ao sudeste, de Itararé-SP à Santa Maria-RS, finalizada em 1912. A mesma ferrovia é um dos principais marcos da Guerra do Contestado.

de União da Vitória-PR ou vice-versa. Para todas as demais atividades, há a possibilidade dessa dinâmica de interação e integração entre ambos os municípios.

Sobre a ocorrência das feiras livres em União da Vitória-PR e Porto União-SC, alguns registros encontrados confirmam que surgem nas décadas de 1940 e 1950, quando em União da Vitória-PR é publicada a Lei Ordinária nº. 06/1948 de 23/01/1948, que autorizava a instalação de uma feira livre no município, conforme expressa os artigos 1, 2 e 3:

Art. 1º - Fica a prefeitura municipal autorizada a instalar, nesta cidade, uma Feira-Livre de acordo com os modernos princípios de higiene e estética.

Art. 2º - A referida Feira deverá ser instalada em lugar de fácil acesso devendo a Prefeitura Municipal tomar as necessárias providências no sentido de que tal empreendimento se efetive o mais breve possível.

Art. 3º - A prefeitura, após entrar em entendimento com os interessados expedirá, depois aprovadas pela Câmara Municipal, nas instruções necessárias ao regular funcionamento da mencionada Feira Livre exercendo a fiscalização que se fizer precisa.

Contudo, somente em 22 de janeiro de 1962 é editada a Lei Ordinária nº. 390/1962, que autoriza o Poder Executivo a criar a Feira Livre no município de União da Vitória-PR, na Praça Matos Costa (atual Praça Hercílio Luz, Porto União-SC). Na referida Lei, permite-se a construção de até 20 barracas padronizadas para as/os feirantes, a ser financiada pelos próprios interessados, além dos deveres e tributações que deveriam arcar, conforme a seguir:

Art. 4º - os agricultores e demais interessados que construírem suas barracas ficam isentos de aluguéis e taxas de impostos municipais durante o prazo de 2 (dois) anos. Findo este prazo as barracas tornar-se-ão de propriedade exclusiva do município passando seus usuários a contribuir com o seguinte:

A - duzentos cruzeiros mensais para os agricultores e quinhentos cruzeiros mensais para os demais,

B - indistintamente, serão pagos a prefeitura mensalmente Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros), como taxa de limpeza.

Já em 1983, foi publicada a Lei Ordinária nº. 1280/1983, a qual dispõe sobre a regulamentação da Feira Livre, acrescentando-se que somente os produtores que residem em União da Vitória poderiam participar da Feira, que nesta ocasião, estava localizada na Rua Almirante Barroso, no centro de União da Vitória-PR. Nesta referida Lei, estão contidas as informações pertinentes ao funcionamento, fiscalização da feira, as obrigações das(os) feirantes, a questão dos preços dos produtos, das licenças necessárias, entre outros (UNIÃO DA VITÓRIA, 1983).

Após a Lei Ordinária nº. 1280/1983, há ainda um registro de lei do município de União da Vitória, sendo a Lei Ordinária nº 1828/1992, que altera alguns itens dispostos na legislação anterior, como os horários de funcionamento da feira, a escolha dos locais para instalação das barracas das(os) feirantes, e possibilita que esses acertos sejam feitos pela

Comissão dos Feirantes. Essa é a última lei que dispõe sobre as feiras livres encontrada nos acervos do município de União da Vitória.

De 1992 para cá, as feiras livres em União da Vitória-PR e Porto União-SC, foram crescendo e atualmente acontecem em dias da semana alternados e em diferentes espaços. Alguns locais centralizam as barracas no Terminal Rodoviário de Porto União e ao lado do Batalhão do Corpo de Bombeiros de União da Vitória, e outros espaços são descentralizados, aproximando a comercialização de produtos da feira às áreas periféricas das cidades. Os produtos comercializados na feira, são, em grande medida, oriundos da agricultura familiar e campesinato, cultivados por produtores agrícolas, destes municípios e de outros na redondeza, que podem ser ou não feirantes.

As feiras livres são um importante espaço de comercialização de produtos agrícolas saudáveis e expressam a diversidade do campo no espaço urbano, assim como argumenta Silva *et al.* (2014, p. 211) “as feiras representam uma boa iniciativa do ponto de vista do desenvolvimento local e regional, contribuindo com a diversificação e a melhoria na oferta de alimentos”. Neste sentido, são responsáveis pela conjuntura de inter-relações entre campo e cidade, além de configurarem resistência contra o modelo agrícola agroexportador, calcado no agronegócio.

Nas feiras livres de União da Vitória-PR e Porto União-SC, são comercializados os mais diversos produtos do gênero alimentício, como hortaliças, verduras, frutas da época, panificados, massas, geleias, sucos, ovos, leite e derivados, embutidos, frango, peixe, além de plantas medicinais e de jardinagem, artesanatos, entre outros produtos, conforme nas imagens abaixo:



A grande maioria desses produtos, são produzidos pelas(os) próprias(os) feirantes, que em dias pré-determinados, comercializam-os nos vários pontos de venda das cidades.

OS CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM AS  
FEIRAS LIVRES

Nas últimas décadas há uma corrente de debates que questionam o modelo de produção agrícola hegemônico que foi introduzido no Brasil com a Revolução Verde e que continua a expandir seu negócio e área de influência. Isso resulta numa grande insatisfação sobre os moldes de produção, distribuição e consumo do gênero alimentício acompanhado da crescente preocupação com as consequências socioambientais dessa cadeia produtiva. Segundo Rover e Darolt (2021), no Brasil, a questão alimentar tem sido amplamente discutida nos últimos anos, quando o Brasil ficou conhecido como o maior consumidor de agrotóxicos do mundo.

Nesta perspectiva, há uma corrente de pesquisadoras e pesquisadores que discutem as questões relacionadas à distribuição dos alimentos, onde, no modelo convencional, há um afastamento geográfico e sociocultural entre produtores e consumidores. Para Matte e Preiss (2019, p. 126):

o distanciamento entre produtores e consumidores, reflexo de uma cadeia, que, cada vez mais afasta a identidade do produto do consumidor, deriva de processo articulado por conjunto de intermediários e grandes corporações alimentares, resultando no afunilamento e no distanciamento das relações sociais entre atores que estão na ponta da cadeia. Assim, há, entre os espaços de produção e consumo, um distanciamento não só geográfico, mas também sociocultural, o que leva os alimentos a serem desnaturalizados, perdendo suas características originais (ecológicas e nutricionais) e seus vínculos sociais.

Nesse contexto, surgem diálogos sobre a necessidade de construção de processos alternativos, que busquem a produção, intermédio e comércio de produtos locais e regionais. Segundo (RENTING *et al.*, 2012), a insatisfação pelo modelo agroalimentar convencional brasileiro, tem movido consumidores a se organizar e formar “redes agroalimentares alternativas ou cidadãs”, que se mobilizam para buscar políticas públicas e outros serviços que garantam acesso a alimentos de qualidade elevada a partir de outras dinâmicas de abastecimento, como os circuitos curtos.

Rover e Darolt (2021), afirmam que a ideia dos circuitos curtos surge na contramão dos mercados convencionais e requerem o encurtamento ou inexistência de intermediários, a aproximação geográfica e consequente relação proximal entre produtoras/produtores e consumidoras/consumidores, facilitando o diálogo sobre a procedência dos produtos comercializados, valorizando a produção e economia local e oferecendo produtos com menos conservantes e aditivos.

Nesse sentido, os circuitos curtos de comercialização podem ser definidos como "um sistema de interrelações entre atores que estão diretamente engajados na produção,

transformação (como beneficiar, cortar ou embalar, se caso necessário), distribuição e consumo de alimentos" (RENTING et al., 2012).

As feiras livres se organizam a partir do circuito curto de comercialização, que segundo Scarabelot e Schneider (2012) é caracterizado como uma forma de comércio, em que o produtor e o consumidor possuem vínculo direto, permitindo ao consumidor e consumidora, a oportunidade de conhecer a procedência do produto. Além do mais, os produtos que passam por esse canal de comercialização, são frescos, com menor número de substâncias conservantes e menos processados, que garantem ao consumidor, um produto de maior qualidade.

Scarabelot e Schneider (2012, p. 107) afirmam que “a abordagem das cadeias agroalimentares curtas remete às formas de comercialização da produção agrícola que busca a proximidade entre produtores e consumidores, possibilitando uma conexão que permita maior interatividade na construção mútua de relações de confiança”.

Neste sentido, é possível afirmar que as feiras aproximam o produtor do consumidor, garantindo uma troca direta ou a partir de um circuito curto de comercialização. Sendo assim, é importante refletir sobre os sujeitos que produzem no campo, os produtos que são comercializados nas feiras. Para Pereira (2021), a feira-livre está intrinsecamente ligada à produção alimentar proveniente da Via Campesina.

## O PAPEL DA VIA CAMPESINA ENQUANTO PEÇA-CHAVE PARA A MANUTENÇÃO DA SOBERANIA ALIMENTAR

O campesinato é entendido como uma categoria social de grande relevância no processo de formação territorial e social do Brasil e se consolidou à margem da estrutura econômica e social dominante. Para Marques (2008, p.60), o campesinato brasileiro origina-se “no seio de uma sociedade situada na periferia do capitalismo e à margem do latifúndio escravista”, onde se produzia alimentos para o autoconsumo e já se projetava o modo de vida camponês.

Oliveira (2007), afirma que, apesar de ser incontestável que agricultura moderna, agroexportadora seja dominante, é preciso esclarecer que o campesinato não deve ser estudado à margem da estrutura de reprodução do capital, mas é a partir dele que o camponês resiste, se reinventa e permanece construindo e consolidando o território, como enfatiza abaixo:

[...]O que significa dizer que o campesinato e o latifúndio devem ser entendidos como de dentro do capitalismo e não de fora deste [...]. O campesinato deve, pois, ser entendido como classe social que ele é. Deve ser estudado como um trabalhador criado pela expansão capitalista, um trabalhador que quer entrar na terra. O camponês deve ser visto como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e)migrar (OLIVEIRA, 2007, p.11).

Oliveira (2007) afirma que muitos autores, no final do século XX, afirmavam que com a ascensão do modelo de produção agroexportador, o campesinato tendia a extinguir-se, já que não acompanhava a lógica de produção e acumulação capitalista e nem era pauta de políticas públicas de incentivo. De fato, o campesinato careceu de políticas de desenvolvimento, porém, segundo o autor, jamais deixou de ser resistência à estrutura moderna de produção do campo. Para Fernandes (2001), o campesinato sempre foi símbolo de resistência, conforme cita-se:

[...] a resistência do campesinato brasileiro é uma lição admirável. Em todos os períodos da história, os camponeses lutaram para entrar na terra. Lutaram contra o cativo, pela liberdade humana. Lutaram pela terra das mais diferentes formas, construindo organizações históricas (FERNANDES, 2001, p. 01).

Sendo assim, é possível afirmar que a agricultura camponesa foi moldando sua estrutura e resistindo às condições impostas pelo capital e suas estratégias de dominação. Inclusive, para Paulino (2015), o campesinato, enquanto modelo de produção que agrega saberes, potencialidades e o modo de vida, é a peça-chave para a manutenção/recuperação de recursos naturais, com baixo uso de insumos, produz alimentos saudáveis e empodera grupos de populações tradicionais.

Nessa dinâmica de resistência e oposição ao modelo econômico capitalista, surgem as discussões da Via Campesina, que se desenvolve em contraponto ao modelo homogeneizante de produção. Segundo Vieira (2008):

[...]Através da reformulação do conceito de campesinato, da elaboração de pautas que unem trabalhadores rurais dos mais diferentes tipos, da constituição de uma cultura política e uma identidade próprias, esta articulação ganhou centralidade nas lutas anti-globalização. Esta centralidade foi alcançada, pois, para além das questões específicas da agricultura, as organizações- membro da Via Campesina enfrentam os organismos internacionais capitalistas e defendem um projeto alternativo que se materializa na proposta da soberania alimentar. (VIEIRA, 2008, p.1)

Inclusive, segundo Paulino (2015), a Via Campesina é a peça-chave para a soberania alimentar e a manutenção da vida e biodiversidade, e, está pautada em cinco dimensões, sendo:

a Via Campesina propõe o conceito de soberania a partir de cinco dimensões, a saber: alimentar, energética, genética, hídrica e territorial; as quais tanto são

interdependentes quanto supõem uma materialidade objetiva para além do solo, considerando-se a terra como território (PAULINO, 2015, p. 179)

Nas práticas da Via Campesina, é possível perceber a preocupação com a soberania alimentar, que visa garantir a soberania dos povos e comunidades. Esse fator envolve a manutenção da biodiversidade, a preservação dos recursos naturais e o aumento das potencialidades produtivas do meio.

É nesse cenário que se enquadram as camponesas e os camponeses feirantes dos municípios de União da Vitória-PR e Porto União-SC. Esse fato se revela em pesquisa realizada em 2018<sup>5</sup>, quando as mulheres camponesas feirantes expressam como ocorre o trabalho de produção dos alimentos que posteriormente são comercializados nas feiras livres dos municípios. Na fala da entrevistada é possível observar a diversidade de produtos que comercializa na feira:

Então, eu comercializo o doce né, que aqui na feira eu vendo menos; a maior parte é verdura mesmo. Verdura, fruta da época, eu trago flores, hoje não trouxe! Vendo bastante flores da época também, e tem época que trago muda de fruta. Assim, o que eu tenho na propriedade eu procuro aproveitar tudo, assim, não é plantar verdura e vender verdura. Eu vejo uma coisa lá e é interessante, eu trago aqui, por exemplo, se eu colho uma pipoca lá que eu plantei uns milhos e sobra um pouco, eu trago aqui. Óh, hoje eu vendi tudo. (ENTREVISTADA 4, 2018 *apud* BRACIAK, 2018, p. 44)

Além da diversidade de produtos, é possível analisar, a partir da referida pesquisa, que há uma grande preocupação com a qualidade dos produtos comercializados nas feiras livres. Apesar de poucos feirantes conseguirem a certificação de produto agroecológico, é muito comum ouvir relatos sobre o não uso de agrotóxicos no processo produtivo dos alimentos que são comercializados nas feiras.

Lá em casa a gente não usa nada, é tudo orgânico. Eu não tenho certificado, tanto que as vezes tenho até problema para vender porque o pessoal que tem certificação fala: não, você não pode vender por orgânico. Mas ele é 100% orgânico, sem nenhum agrotóxico; a gente não usa adubo químico, né. Eu procuro usar adubo feito na propriedade; alguma coisa eu compro de cama viária, porque falta assim um adubo mais forte né, então eu compro, mas é pouca coisa (ENTREVISTADA 4, 2018 *apud* BRACIAK, 2018, p. 44).

---

<sup>5</sup> Pesquisa realizada pela autora como trabalho final de conclusão do curso de Geografia. A referida pesquisa teve como objetivo demonstrar como as feiras livres em União da Vitória e Porto União, são espaços importantes para a emancipação e manutenção das mulheres no campo.

Nessa perspectiva, é possível afirmar que as feiras livres possuem uma relação direta com a Via Campesina e contribuem para a garantia da soberania alimentar da região estudada. Ao produzir para as feiras, as camponesas e camponeses feirantes primeiro, garantem a própria soberania e na sequência, a de uma parcela significativa da população local.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir do levantamento de pesquisas bibliográficas realizadas ao longo deste trabalho, é possível realizar algumas considerações e hipóteses, a começar sobre a importância do modelo de produção familiar e o campesinato como símbolos de resistência camponesa frente ao modelo de produção capitalista e agroexportador. Ambos são responsáveis pela apropriação do território de modo consciente, pela produção de alimentos saudáveis e por fomentar as indústrias agroalimentares ou cooperativas que geram renda justa e movimentam a economia local, rompendo com a lógica de acumulação massiva do capital.

As feiras livres, por sua vez, são responsáveis por contribuir significativamente com a soberania alimentar das camponesas e camponeses feirantes, bem como de uma parcela significativa da população local que nas feiras, encontram produtos saudáveis. Isso se deve a lógica de produção agrícola que valoriza a biodiversidade, potencializa os recursos e respeita o ambiente.

Quanto ao comércio dos produtos nas feiras livres, é possível afirmar que ocorrem a partir dos circuitos Curtos de Comercialização, onde há proximidade geográfica e sociocultural entre camponesas e camponeses feirantes e os consumidores, sendo possível ao consumidor, conhecimentos sobre o processo de produção, transporte e comercialização do alimento que está adquirindo.

É preciso esclarecer que esse trabalho é o início de uma pesquisa de dissertação, que contará com revisão bibliográfica e estudo de campo, e, investigará a relação que se estabelece entre campesinato, agricultura familiar com as feiras livres nos municípios de União da Vitória-PR e Porto União-SC, onde se comercializam alimentos produzidos em ambos os municípios.

## **REFERÊNCIAS**

BRACIAK, Ana Maria. Mulheres camponesas feirantes: uma abordagem do trabalho das mulheres na produção agrícola e comercialização nas feiras livres em União da Vitória-PR e Porto União-SC. (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Estadual do Paraná, União da Vitória, 2018.

CONTRIGIANI, Ariele Carolina [et al.]. **Circuitos curtos de comercialização**. — Araras : UFSCar/CPOI, 2020. 260 p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brasil: 500 anos de luta pela terra**. Cultura Vozes. , v.93, 2001.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Revista NERA (UNESP), v. 11, p. 57-67, 2008.

NIEDZIELSKI, Aires. MARQUES, Anésio da Cunha. BONA, Luis Cláudio. **Trajetória e desafios da construção de mercados locais para a agricultura ecológica em Porto União (SC) e União da Vitória (PR)**. Revista Agriculturas - v. 5 - no 2 - junho de 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. 1ª. ed. São Paulo: FFLCU/LABUR Edições, 2007. 184 p.

PREISS, P.V.; MATTE, A. Protagonismo de produtores e consumidores na construção de mercados alimentares sustentáveis. IN: VILANI, R.M.; VANZELLA, E.; BRAMBILLA, A. ALIMENTAÇÃO E CULTURA: Alimentação e Sustentabilidade. João Pessoa: Editora do CCTA, 2019.

PEREIRA, Michele Paiva. **Feira livre de São Felipe-BA: espaço de (r)existências e lugar de resistências/ Michele Paiva Pereira**. – Salvador, 2021. 161 f. Orientadora: Profa. Dra Gilca Garcia de Oliveira.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROVER, O. J; DAROLT, M. R. Circuitos Curtos de Comercialização como inovação social que valoriza a agricultura familiar e agroecológica. IN: DAROLT, O. J; ROVER, O. J. (org) **Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social**. Florianópolis,SC: Estúdio Sempelo, 2021. p. 19-43.

SCARABELOT, M.; SCHNEIDER, S. **As cadeias agroalimentares curtas e desenvolvimento local**—um estudo de caso no município de Nova Veneza/SC. Revista Faz Ciência, v. 14, n. 19, p. 101, 2012.

VIEIRA, Flávia Braga . **Via Campesina: um projeto contra-hegemônico?**. In: II Simpósio Lutas Sociais na América Latina, 2008, Londrina. Anais do II Simpósio Lutas Sociais na América Latina, 2008. v. 1.